

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE201909/0309
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Ministério do Mar
Orgão / Serviço:	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	Art.º 21.º da LOE2019 e art.º 38.º da LTFP
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Referência A:	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de estudos e projetos no âmbito das atribuições da DGRM, respeitantes à proteção portuária e à realização de dragagens, na área de jurisdição da Docapesca – Portos e Lotas, S.A., definidas nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro;- Elaboração de termos de referência ou peças de procedimentos de aquisição de bens e serviços, e de empreitadas da responsabilidade da DGRM/DIE, no âmbito das atribuições respeitantes à proteção portuária e à realização de dragagens ou outras para o qual seja designado;- Acompanhamento e/ou fiscalização de empreitadas de infraestruturas de proteção portuária e de dragagens ou outras para o qual seja designado;- Elaboração de pareceres técnicos ou outros documentos de suporte à decisão superior de ações a promover pela DGRM;
Caracterização do Posto de Trabalho:	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de estudos, informações e pareceres de natureza técnica, na sua área de formação, sempre que lhe forem solicitados.
Referência B:	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de estudos e projetos na sua área de formação que se revelem necessários à prossecução das atribuições DGRM;- Elaboração de termos de referência ou peças de procedimentos de aquisição de bens e serviços, e de empreitadas;- Acompanhamento e/ou fiscalização de empreitadas de dragagens;- Elaboração de pareceres técnicos ou outros documentos de suporte à decisão superior de ações a promover pela DGRM;- Elaboração de estudos, informações e pareceres de natureza técnica, na sua área de formação, sempre que lhe forem solicitados.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	<ul style="list-style-type: none">a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;b) 18 anos de idade completos;c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária:	Ref. A: Eng ^a civil, com opção hidráulica; Ref. B: Engenharia geotécnica ou engenharia geológica

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	3	Avenida Brasília		1449030 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 3**Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional****Outros Requisitos:** Referência A: Inscrição válida na ordem dos Engenheiros**Formalização das Candidaturas****Envio de Candidaturas para:** recrutamento@dgrm.mm.gov.pt**Contacto:** 213035700**Data Publicitação:** 2019-09-17**Data Limite:** 2019-10-01**Texto Publicado****Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:**

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 3 (três) postos de trabalho, previstos e não preenchidos no mapa de pessoal da DGRM, para a carreira de Técnico Superior, para exercício de funções na Divisão de Infraestruturas (DIE), da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade (DSAS) da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). 1 - Nos termos do disposto nos nºs 1 e 3 do artigo 30º e no artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 11.º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, adiante designada por Portaria, torna-se público que, por despacho da Senhora Subdiretora-Geral, Dra. Susana Baptista, de 05 de julho de 2019, em regime de suplência, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para o preenchimento de 3 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme se segue: Referência A: Dois (2) postos de trabalho correspondentes à carreira e categoria de Técnico Superior – área de Engenharia Civil, com opção hidráulica; Referência B: Um (1) posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior – área de Engenharia geotécnica ou Engenharia geológica. 2 - Para os efeitos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa. 3- Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, o presente aviso será

publicado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e a sua publicação integral será realizada na Bolsa de Emprego Público, a ocorrer na data da publicação daquele aviso. O presente procedimento será ainda publicitado na página eletrónica da DGRM (www.dgrm.mm.gov.pt) por extrato disponível para consulta a partir da data da publicação na BEP, no prazo máximo de três dias úteis contado desta data. 4 - Ao presente procedimento concursal é aplicável a tramitação prevista no artigo 37.º da LTFP, regulamentada pela Portaria, na sua redação atual. 5 - Local de trabalho: Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Av.ª Brasília, 1449 -030 Lisboa. 6 Caracterização do posto de trabalho e âmbito do recrutamento: 6.1. Referência A: 6.1.1. Elaboração de estudos e projetos no âmbito das atribuições da DGRM, respeitantes à proteção portuária e à realização de dragagens, na área de jurisdição da Docapesca – Portos e Lotas, S.A., definidas nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro; 6.1.2. Elaboração de termos de referência ou peças de procedimentos de aquisição de bens e serviços, e de empreitadas da responsabilidade da DGRM/DIE, no âmbito das atribuições respeitantes à proteção portuária e à realização de dragagens ou outras para o qual seja designado; 6.1.3. Acompanhamento e/ou fiscalização de empreitadas de infraestruturas de proteção portuária e de dragagens ou outras para o qual seja designado; 6.1.4. Elaboração de pareceres técnicos ou outros documentos de suporte à decisão superior de ações a promover pela DGRM; 6.1.5. Elaboração de estudos, informações e pareceres de natureza técnica, na sua área de formação, sempre que lhe forem solicitados. 6.2. Referência B: 6.2.1. Elaboração de estudos e projetos na sua área de formação que se revelem necessários à prossecução das atribuições DGRM; 6.2.2. Elaboração de termos de referência ou peças de procedimentos de aquisição de bens e serviços, e de empreitadas; 6.2.3. Acompanhamento e/ou fiscalização de empreitadas de dragagens; 6.2.4. Elaboração de pareceres técnicos ou outros documentos de suporte à decisão superior de ações a promover pela DGRM; 6.2.5. Elaboração de estudos, informações e pareceres de natureza técnica, na sua área de formação, sempre que lhe forem solicitados. 6.3 - Para o presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação e ou experiência profissional, conforme previsto no n.º 3 do artigo 34.º da LTFP. 6.4 - O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30º da LTFP. 7 Legislação aplicável: Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; Decreto Regulamentar 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, Código do Procedimento Administrativo e Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2019). 8 Requisitos de admissão ao procedimento concursal: 8.1. Requisitos relativos ao trabalhador: 8.1.1. Reunir os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, enunciados no artigo 17.º da LTFP; 8.1.2. Terem já constituída uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. 8.2. Requisitos Habilitacionais 8.2.1. Referência A: Licenciatura pré -Bolonha ou mestrado pós Bolonha em Engª civil, com opção hidráulica (cadeiras de opção em hidráulica marítima e/ou obras portuárias), não havendo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional; 8.2.2. Referência B: Licenciatura pré Bolonha ou mestrado pós Bolonha em engenharia geotécnica ou engenharia geológica, não havendo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. 8.3. Outros Requisitos especiais: 8.3.1. Referência A: Inscrição válida na ordem dos Engenheiros 8.4. - Constituem condições preferenciais de avaliação dos/as candidatos/as: 8.4.1. Referência A: Conhecimentos de Hidrografia; Topografia e geodesia; Sistemas de informação geográfica de preferência ArcGis; AutoCad; 8.4.2. Referência B: Experiência em geotecnia portuária, melhoramento de solos moles, estabilização de taludes e modelação matemática de comportamento dos solos; Experiência em SIG 8.5 - O candidato ou candidata deve reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação da candidatura. 9 - Posicionamento remuneratório: 9.1 - Nos termos do disposto no artigo 38.º da LTFP, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2019 - LOE2019), a determinação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, salvaguardando-se que, de acordo com as disposições legais enunciadas, quando vai para além da primeira posição remuneratória da carreira ou da posição definida em regime próprio, depende de despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pela área em que se integra o órgão, serviço ou entidade em causa e pela área das finanças e Administração

Pública. Considerando as disponibilidades orçamentais, a posição remuneratória de referência, a que alude a alínea f) do artigo 2º da Portaria, é a 4.ª posição remuneratória da categoria de técnico superior, a que corresponde o montante pecuniário de 1613,42 € (mil seiscentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos). 9.2 - Os candidatos e as candidatas devem informar obrigatoriamente o júri do concurso do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem. 10 - Impedimentos de admissão: De acordo com o disposto na alínea k), do n.º 4, ex vi da alínea b) do n.º 1, ambos do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos e candidatas que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal do órgão ou serviço idêntico aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 11 - Prazo de validade: O presente procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, salvo no caso previsto no n.º 1 e 2 do artigo 30.º, da Portaria. 12 - Formalização da candidatura: 12.1 - Sob pena de exclusão, as candidaturas, devidamente identificadas com código da publicitação do procedimento na BEP, devem ser apresentadas no prazo de dez (10) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, obrigatoriamente, através do "formulário de candidatura ao procedimento concursal", disponível para download na página eletrónica da DGRM em www.dgrm.mm.gov.pt. 12.2 - Sob pena de exclusão, o formulário deverá ser devidamente preenchido e assinado pelo candidato de acordo com o estabelecido no artigo 19.º da Portaria. 12.3 - Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do CPA, o candidato deve informar, no formulário-tipo de candidatura, o seu consentimento prévio para envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal, para o endereço de correio eletrónico que ali mencionar. 12.4 - Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o formulário, acompanhado dos demais documentos exigidos para admissão ao procedimento, deve ser apresentado, em formato pdf, preferencialmente, em suporte eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@dgrm.mm.gov.pt. 12.5 - É admitida a apresentação da candidatura em suporte de papel, devendo, para o efeito, ser entregue pessoalmente, das 9:00h às 17:00, ou remetido por correio registado, com aviso de receção, dirigido à Sra. Presidente do Júri do presente procedimento concursal, nesta Direção-Geral, sita na Avenida Brasília, 1449-030 Lisboa. 12.6 - As candidaturas devem ser acompanhadas, igualmente sob pena de exclusão, da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae detalhado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários, as habilitações literárias, as funções e atividades que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração; b) Cópia legível dos documentos comprovativos das habilitações literárias; c) Cópia legível dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas; d) Outros documentos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu percurso profissional. e) Declaração atualizada à data do presente Aviso, emitida pelo serviço de origem, da qual conste inequivocamente: i) A identificação da carreira e da categoria em que o candidato ou candidata se integra; ii) A identificação da relação jurídica de emprego público de que é titular; iii) A posição e nível remuneratório em que se encontra, com indicação do respetivo valor; iv) A antiguidade na categoria, na carreira e na Administração Pública; v) As atividades que executa (conteúdo funcional); vi) A avaliação do desempenho relativa aos últimos três ciclos avaliativos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da já citada portaria; 12.7 - Em conformidade com o n.º 4 do artigo 20.º da Portaria, assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato ou candidata a apresentação de documentos comprovativos de factos referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito. 12.8 - Sem prejuízo da faculdade prevista no n.º 9 do artigo 20.º da Portaria, a não apresentação dos documentos referidos no ponto 12.6 determina a exclusão do candidato ou candidata, bem como o não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de acordo com o disposto no n.º 8 do sobredito artigo 28.º. 13 - Notificação 13.1 - Notificação da exclusão do procedimento concursal Os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria. 13.2 - Notificação para a realização dos métodos de seleção Os candidatos e as candidatas admitidos/as são convocados para a realização dos métodos de seleção por notificação por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, com indicação do dia, hora e local da realização dos métodos de seleção. 14 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos e candidatas, ou a apresentação

de documentos falsos, determinam a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e, ou, penal. 15 - Métodos de Seleção: Os métodos de seleção a aplicar, estão de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP. 15.1 - Atenta a urgência do presente recrutamento, nos termos da faculdade contemplada no n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, e artigo 5.º da Portaria, é adotado para o presente procedimento concursal apenas um método de seleção obrigatório e um método de seleção facultativo. 15.2 - Método de seleção obrigatório: 15.2.1 - Prova de Conhecimentos (PC) - será aplicada aos candidatos e candidatas que: a) Não sejam titulares da categoria de técnico superior; b) Sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; c) Sejam titulares daquela categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular, no formulário da candidatura. 15.2.2 - A Prova de Conhecimentos (PC) será escrita, com consulta, de realização coletiva, de natureza teórico-prática, efetuada em suporte de papel, numa só fase, e poderá ser constituída por um conjunto de questões de resposta de escolha múltipla, com a duração máxima de 90 minutos, e visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais, bem como as competências técnicas dos candidatos e das candidatas, versando sobre as seguintes temáticas: Referência A: ? Obras de proteção costeira ? Quebra-mares em Dragagens ? Dinâmica de sistemas costeiros ? Ondas e ações das ondas em estruturas costeiras ? Melhoramento de solos moles Referência B: ? Dragagens ? Estabilização de arribas ? Fundações de estruturas marítimo-portuárias ? Geologia de engenharia ? Mecânica dos solos ? Fluidificação de fundações arenosas ? Melhoramento de solos moles Referências Bibliográficas – Referência A: • Coastal Engineering Manual. United States Army Corps of Engineers • Handbook of Port and harbor Engineering. Geotechnical and Structural Aspects. Gregory P. Tsinker. Chapman & Hall • Coastal and Ocean Engineering Practice, Vol 1 e 2. Young C Kim. World Scientific • Design and Construction of Berm Breakwaters. J.van der Meer e S. Sigurdarson. World Scientific • Waves and Wave Forces on Coastal and Ocean Structures. Robert T. Hudspeth. World Scientific • Coastal Protection. Krystian W. Pilarczyk. Balkema • Dredging. A handbook for Engineers. R N Bray, AD Bates & JM Land. Butterworth Heinmann • Environmental aspects of dredging. RN Bray. Taylor & Francis Referências Bibliográficas - Referência B: • Handbook of Port and harbor Engineering. Geotechnical and Structural Aspects. Gregory P. Tsinker. Chapman & Hall • Dredging. A handbook for Engineers. R N Bray, AD Bates & JM Land. Butterworth Heinmann • Environmental aspects of dredging. RN Bray. Taylor & Francis • Principles of Engineering Geology. R. B. Jphnson & J. V. de Graff. Wiley • Soil Mechanics in Engineering Practice. Karl Terzaghi & Ralph B. Peck. Wiley • Ground Improvement. M P Moseley & K Kirsch. Taylor & Francis • Soft Ground Engineering in Coastal Areas. T. Tsuchida, Y. Watabe, M.S.Kang, O.Kusakabe & M. Terashi. Balkema 15.2.3 - Durante a realização da prova, não é autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado. 15.3 - Avaliação Curricular (AC) - será aplicada aos candidatos e candidatas integrados na carreira de técnico superior que se encontrem, ou tratando-se de candidatos ou candidatas colocados em situação de requalificação, se tenham, por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação foi aberto o procedimento. 15.3.1 - A AC incidirá especialmente sobre as funções que os candidatos e candidatas têm desempenhado, visando analisar a sua qualificação, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. 15.3.2 - Na AC serão analisados os seguintes fatores: a) Habilitação Académica - será ponderada a habilitação detida; b) Formação Profissional - apenas se considerará a formação profissional respeitante às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher; c) Experiência Profissional - será tido em conta o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher, dependendo do maior ou menor contacto orgânico-funcional com as referidas áreas; d) Avaliação de Desempenho - será ponderada a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar. 16 - A Entrevista profissional de seleção (EPS), visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e a capacidade técnica, bem como aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e entrevistado ou entrevistada, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de

relacionamento interpessoal. 16.1 - A EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 17 - A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais: $OF = 0,70 PC + 0,30 EPS$ $OF = 0,70 AC + 0,30 EPS$ em que: OF = Ordenação Final PC = Prova de Conhecimentos EPS= Entrevista Profissional de Seleção AC = Avaliação Curricular 18 - Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório, pela ordem enunciada na lei. É excluído do procedimento o candidato ou candidata que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fases seguintes, nos termos dos n.os 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria. 19 - Os candidatos e candidatas que obtenham classificação igual ou superior a 9,5 valores nos métodos de seleção são convocados para a realização da entrevista profissional de seleção, nos termos previstos no ponto 13.2. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da entrevista. 20 - Ordenação final dos candidatos A ordenação final dos candidatos que completam o procedimento é efetuado de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção. 21 - Critérios de ordenação preferencial Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 27.º da Portaria e, subsidiariamente, o da maior antiguidade no exercício de funções públicas. 22 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica da DGRM e afixada em local de estilo na respetiva sede. 23 - Composição do Júri: Referência A: Presidente – Dr. José Manuel Marques, Diretor de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade; 1.º Vogal efetivo: Engenheiro Santos Ferreira, técnico superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade 2.º Vogal Efetivo: Dra. Ana Rita Gonçalves, técnica superior da Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos 1.º Vogal suplente: Ana Margarida Silva, técnica superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade 2.º Vogal Suplente: Paulo Guerreiro, técnico superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade O Presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efetivo Engenheiro Santos Ferreira. Referência B: Presidente – Dr. José Manuel Marques, Diretor de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade; 1.º Vogal efetivo: Engenheiro Santos Ferreira, técnico superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade 2.º Vogal Efetivo: Dra. Ana Rita Gonçalves, técnica superior da Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos 1.º Vogal suplente: Ana Margarida Silva, técnica superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade 2.º Vogal Suplente: Paulo Guerreiro, técnico superior da Divisão de Infraestruturas da Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade O Presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efetivo Engenheiro Santos Ferreira. 24 - As atas do júri, de onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão publicitadas na página eletrónica da DGRM em www.dgrm.mm.gov.pt, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 11.º da Portaria. 25 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos e candidatas aprovados é notificada nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos da Portaria. 26 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos e candidatas, após homologação pelo Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, é publicada na 2.ª série do Diário da República, afixada em local visível e público das instalações desta entidade, e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria. 27 - Reserva de recrutamento: O presente procedimento concursal rege-se pelo disposto nos n.os 3 a 6 do artigo 30.º da Portaria, com a possibilidade de se constituir reserva de recrutamento por um período de 18 meses. 28 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 17 de setembro de 2019 - A Diretora de Serviços de Administração Geral, Fernanda Bernardo

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		